

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM BREVE ESTUDO DO CONTEXTO BRASILEIRO

Cyntia Grizzo Messenberg Lopes¹; Elder Sidney Saggioro²; Fábio Genésio dos Santos
Maria³; Gabriel Augusto Fineiz Cella⁴; Isabella Castilho Saccomano⁵

¹Docente do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Sagrado Coração; cyntiajau@gmail.com;
²Graduando em Pedagogia na Universidade do Sagrado Coração; elder.saggioro@gmail.com; ³Graduando em
Pedagogia na Universidade do Sagrado Coração e participante do grupo de pesquisa: métodos e técnicas de
pesquisa em educação; fabiogenio18@gmail.com; ⁴Graduando em Pedagogia na Universidade do Sagrado
Coração; gabrielafilella@yahoo.com.br; ⁵Graduanda em Pedagogia na Universidade do Sagrado Coração e
participante do grupo de pesquisa: métodos e técnicas de pesquisa em educação; isasaccomano@gmail.com

Resumo

O presente relato de experiência é resultado das reflexões realizadas durante as aulas de Fundamentos Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos I e II realizadas no decorrer do segundo semestre do ano de 2017 e do primeiro semestre ano de 2018 do curso de Pedagogia da Universidade Sagrado Coração e das vivências realizadas nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em três cidades do interior do estado de São Paulo. Diante disso, o presente trabalho buscou refletir sobre a EJA no contexto atual brasileiro por meio de análise documental e pesquisas bibliográficas. Foi possível perceber que a EJA é um importante meio para a alfabetização das pessoas que não tiveram acesso a educação na idade certa. Também foi possível constatar que no Brasil ainda persiste um grande número de pessoas adultas analfabetas e que há uma desvalorização da EJA por parte, não só das políticas, mas também dos cidadãos.

Palavras-chave: EJA. Contexto brasileiro. Alfabetização.

Introdução

O índice de analfabetismo no Brasil, embora tenha diminuído nas últimas décadas, mostra-se ser um grande problema para a educação brasileira. Esse índice precisa ser compreendido dentro de uma perspectiva histórica, para que se possa entender o quadro recente e propor ações que transformem esta realidade. Uma das soluções encontrada foi oferecer a oportunidade para que os adultos retornem à sala de aula. A modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) mostra-se como importante meio para alfabetizar aqueles que, por motivos diversos, não tiveram acesso ao direito à educação na idade adequada.

Compreende-se a vital importância da educação para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, de modo que nos documentos oficiais brasileiros (Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/ 1996) há menções à garantia e ao acesso a esse direito. Além disso, é verificada a importância de analisar o que compete às escolas para tornar a aprendizagem efetiva e de qualidade para a EJA.

Metodologia

Para a realização do presente trabalho foi realizado a pesquisa qualitativa, utilizando como fonte documentos oficiais e análise bibliográfica. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 183) a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros” entre outros. Desta forma, a pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador entre em contato com que já foi produzido anteriormente, possibilitando que se busque resolver problemas já conhecidos ou explorar outras áreas. "Assim, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras". (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183).

Diante disto, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico que tratasse do tema em questão, a importância da EJA e o atual contexto brasileiro. Em seguida, foi feita uma análise crítica dos resultados oficiais relacionados ao número de adultos analfabetos, bem como análise das leis educacionais brasileiras. Por fim, realizamos um percurso histórico demonstrando como se deu a formação da EJA no Brasil.

Resultados e Discussão

Os dados em relação ao analfabetismo no Brasil são alarmantes, segundo o levantamento feito no ano de 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Brasil ainda possui 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, sendo que o mesmo se encontra na oitava posição de países com maior número de adultos analfabetos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também revelou em suas pesquisas no ano de 2017 que 11,5 milhões de pessoas entre 15 anos ou mais são analfabetas, sendo que a maior taxa de analfabetismo encontrada no Brasil está presente na região nordeste, sendo 14,8% de pessoas analfabetas.

Esses índices ainda pioram se considerarmos o número de pessoas adultas analfabetas com algum tipo de deficiência. De acordo com o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE demonstrou que 38,2% da população com algum tipo de deficiência não possui nenhum grau de instrução. Se somarmos com os que possuem ensino fundamental (21,0%), mais da metade dessa população não possuem instrução nenhuma ou não ultrapassam o ensino fundamental. Podemos observar isso no gráfico abaixo (figura 1), em que é comparada a taxa de instrução das pessoas que não possuem nenhuma deficiência com as que possuem algum tipo de deficiência.

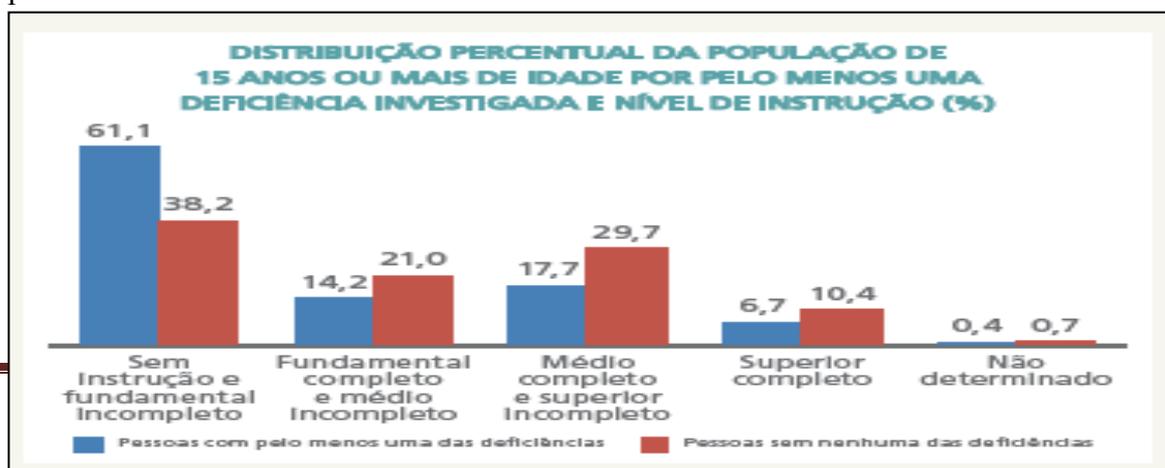


Figura 1: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução. **Fonte:** Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência. (IBGE, 2010).

Levando em consideração os dados apresentados, é possível perceber que a questão do analfabetismo, ainda é um grande entrave no Brasil. Isso se dá pela desigualdade histórica presente no nosso país. Segundo Kassar (2012) ao falarmos em educação é necessário levar em consideração dois aspectos: desigualdade e diversidade. Para a autora, nosso país foi

[...] construído a partir da diversidade de populações e de suas histórias, mas de forma extremamente desigual. A formação econômica do Brasil e as características de sua organização social fizeram com que o país passasse a conviver com vários problemas que impactaram diretamente a vida de crianças e jovens brasileiros. (KASSAR, 2012, p. 835).

O fato da desigualdade e da diversidade presente no Brasil demonstra que a educação nunca foi valorizada em nosso país e a consequência dessa desvalorização é o analfabetismo. Segundo Strelhow (2010, p. 50) “[...] no decorrer da história, a educação do Brasil, em geral foi tratada de forma inconsequente pelas autoridades políticas do país. A educação brasileira foi sempre colocada em planos posteriores [...]”.

Desde o período imperial os analfabetos eram vítimas de preconceitos e também eram excluídos da sociedade. De acordo com Saviani (2002), outra consequência da falta do letramento foi a marginalidade. Essas pessoas que não sabiam ler e/ou escrever eram deixadas a margem pela sociedade.

Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. (SAVIANI, 2002, p. 06)

Embora o autor esteja se referindo ao século XIX com a implantação da Escola Tradicional, vista como uma ferramenta para a transmissão do conhecimento e da instrução, o mesmo ocorre ainda hoje. É frequente vermos casos de preconceitos, humilhações e situações vexatórias com pessoas analfabetas, por meio de “piadinhas”, “brincadeiras” que em sua essência buscam a diminuição e humilhação da pessoa.

Ao voltarmos à história, podemos perceber que aos poucos foi se vendo a importância da educação desses jovens e adultos, tanto é que, segundo Strelhow (2010, p. 52) “[...] Em 1934, foi criado o Plano Nacional de Educação que previa [...] um tratamento específico para a educação de jovens e adultos”.

Depois desse fato, em 1937 foi criada a Primeira Campanha Nacional de Educação de Jovens e Adultos. E com o decorrer dos anos, a EJA conquistou seu espaço mesmo que abordada ainda de maneira breve na Constituição (1988). Em seu artigo 205 estabelece que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E complementa em seu artigo 206 “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, sua incorporação ocorre através do artigo 37 que precede: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.”.

Com tais características, ainda é necessário um debate sobre a importância em torno da valorização da EJA, pois ela garante a oportunidade para os jovens e adultos não só da alfabetização “que é de importância crucial para a aquisição [...] de habilidades essenciais para a vida [...] que consiste num meio indispensável para a participação efetiva nas sociedades e nas economias do século 21” (ANNAN, 2003 apud. VASCONCELLOS, 2007, p. 52), mas também da aquisição da leitura de mundo, de fazer parte da sociedade, bem como a possibilidade de se construir um senso crítico.

Mesmo sendo abordada a questão da criticidade, ainda assim se torna essencial para o âmbito da EJA levar em consideração a carga histórico-cultural que cada aluno traz consigo. Tendo em vista o que Freire diz:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola. (FREIRE, 1996, p. 26).

Assim, a EJA se torna um caminho para as pessoas que outrora se encontravam excluídas da linguagem escrita, tendo em mente que agora através da mesma, se faz possível uma maior intervenção e participação ativa dessas pessoas, contribuindo assim, para uma sociedade cada vez melhor.

Dessa maneira, é possível perceber que a educação é fundamental para que os sujeitos compreendam nossa linguagem e possam refletir sobre sua posição na sociedade. Segundo Libâneo (2001, p. 7):

Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que da uma configuração a nossa existência humana individual e grupal.

A escola, por sua vez, visa atender a ampla heterogeneidade contida no âmbito social, atendendo democraticamente seus membros de modo a considerar a visão de mundo dos mesmos, destacado a importância da mesma. Freire (1996), ao falar sobre, expõe:

Como educador preciso de ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. (FREIRE, 1996, p. 32).

Considerações finais

Em síntese, tomando como base os argumentos apresentados, nota-se que a escola se torna um local de interações sociais, bem como de construção coletiva do conhecimento. A EJA, por sua vez, se utiliza do ambiente escolar para proporcionar novas oportunidades para aqueles que ali estão nunca ignorando a visão de mundo dos mesmos, mas sim, através dela, lhes possibilitar pontos de vista e opiniões diferentes. É possível perceber que a EJA é uma forte ferramenta contra o analfabetismo de jovens e adultos que não tiveram oportunidade, por diversos motivos, de completar seus estudos na idade certa. Desta forma, o presente trabalho cumpre seu objetivo, traçando um percurso histórico referente à EJA no Brasil e salientando sua importância para o fim do analfabetismo brasileiro. Bem como denuncia o descaso que essa modalidade de ensino sofre frequentemente.

Consideramos que há ainda muito que se aprofundar nas pesquisas sobre a Educação de Jovens e Adultos, em vista que poucos trabalhos visam essa modalidade de ensino. Temas como estratégias de ensino-aprendizagem, ambientação escolar e adequação dos conteúdos podem ser ricas fontes de pesquisa referente a área, auxiliando assim, o desenvolvimento da mesma.

Referências

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Ministério da Educação (MEC). Brasília, DF, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **Cartilha do Censo 2010**: pessoas com deficiência. Secretária de Direitos Humanos da presidência da República. Brasília/DF. 2012.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas S/A. São Paulo, 2003.

KASSAR, M. C. M. Educação Especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação e Sociedade**, v. 33, n 120, p. 833-849. Campinas, jul-set 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/10.pdf>>. Acesso em: 17 fev 2018.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educ. rev.** [online]. 2001, n.17, pp.153-176. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>. Acesso: 27 mar. 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: polêmicas do nosso tempo. Ed. 35. Editora Autores Associados. Campinas-SP. 2002.

SUZART, C.; ALMEIDA, F. M. G.; ARAPIRACA, M.; BORDAS, M. A. G. Compreendendo o território-lugar como ponto de partida para a inclusão social. In: DÍAZ, F. *et. al.* (Orgs.)

Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. EDUFBA, Salvador, 2009, p. 61-70.

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/07/Educacao-Inclusiva.pdf>>. Acesso em: 17 fev 2018.

STRELHOW, T. B. Breve História sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

VASCONCELLOS, C. C. C. **EJA E CIDADANIA:** A construção de ações cidadãs no universo escolar da EJA no ensino fundamental. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUCRS, Campus Uruguaiana. Uruguaiana, p. 52, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/viewFile/3495/2743>>. Acesso em: 26 mar. 2018.